

§ 2º As demandas versando sobre atualização da política de privacidade não provenientes do monitoramento regular devem ser formalizadas por meio de procedimento de gestão administrativa dirigido ao NPDAP, que poderá, após análise, formular proposta de atualização.

§ 3º O NPDAP manterá controle de revisões do documento da política de privacidade incluído na proposta de atualização.

Art. 47 Compete ao Comitê Estratégico de Proteção de Dados Pessoais (CEPDAP) deliberar sobre proposta de atualização da política de privacidade, submetendo-a à aprovação do Procurador-Geral de Justiça.

§ 1º Cabe ao Coordenador do NPDAP solicitar a inclusão em pauta de reunião ordinária do CEPDAP a deliberação sobre proposta de atualização da política de privacidade.

§ 2º As propostas de atualização da política de privacidade aprovadas pelo CEPDAP serão formalizadas por meio de procedimento de gestão administrativa e submetidas à apreciação do Procurador-Geral de Justiça.

§ 3º As atualizações de avisos de privacidade, política de cookies, termos de uso, entre outros documentos de privacidade cujos motivos para atualização não sejam diretamente decorrentes da proposta de atualização da política de privacidade referida no caput deste artigo, podem ser efetuadas sem a necessidade de passagem pelo rito de aprovação descrito neste artigo.

## CAPÍTULO XII

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48 Ato do Encarregado pela proteção de dados pessoais, observadas as competências reservadas ao Comitê Estratégico de Proteção de Dados Pessoais, poderá regulamentar dispositivos desta Política.

Art. 49 Será dada ampla publicidade à política de privacidade no site, portais de serviço e intranet, entre outros canais de comunicação institucional, sempre atentando aos requisitos de acessibilidade e de linguagem simples.

§ 1º Com a finalidade de facilitar a compreensão dos destinatários, poderão ser publicados resumos ou extratos de partes da política de privacidade, respostas a perguntas frequentes, entre outros recursos, desde que o conteúdo se mantenha fiel ao correspondente neste ato normativo e, sempre que possível, ofereça um link para acesso à íntegra do documento original.

§ 2º Compete ao Núcleo de Proteção de Dados Pessoais desenvolver ações para divulgar e fomentar a aplicação da política de privacidade nos órgãos e unidades do Ministério Público.

Art. 50 Os casos omissos serão decididos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 51 Este ato normativo entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Ato Normativo nº 361/2023. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará, em 27 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)

HALEY DE CARVALHO FILHO

Procurador-Geral de Justiça

## ATOS DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Edital Nº 003/2025-COMISSÃO ELEITORAL

Fortaleza, 1 de dezembro de 2025

A COMISSÃO ELEITORAL APURADORA E ORGANIZADORA DO PROCESSO DE ELEIÇÃO AO CARGO DE CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ – MPCE, BIÊNIO 2026/2027 comunica a todos os interessados o resultado da eleição ao cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Ceará, realizada segundo as disposições do art. 31, I, alínea “e” da Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará – LOMPECE c/c o art. 8º e seguintes da Resolução OECPI Nº 012/2023, publicada no Diário Eletrônico do MPCE nº 1638, de 1º de novembro de 2023, conforme votação aberta e nominal ocorrida por ocasião da 2ª Sessão Extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, no dia 1º de dezembro de 2025, na ordem a seguir:

1º LUGAR: MARIA NEVES FEITOSA CAMPOS – 28 (VINTE E OITO) VOTOS;

2º LUGAR: FRANCISCO OSIETE CAVALCANTE FILHO – 22 (VINTE E DOIS) VOTOS;

3º LUGAR: LUCIANO PERCICOTTI SANTANA - 01 (UM) VOTO.

Dado e passado na Reunião da Comissão Eleitoral – CGMP/OECPI, em Fortaleza, aos 1º de dezembro de 2025. Eu, Sildene Lima Barros, Gerente de Apoio do Conselho Superior do Ministério Público, lavrei o presente edital.

Visto:

SHEILA CAVALCANTE PITOMBEIRA

Procuradora de Justiça

Presidente da Comissão Eleitoral

Edital Nº 004/2025-COMISSÃO ELEITORAL

Fortaleza, 1 de dezembro de 2025

A COMISSÃO ELEITORAL APURADORA E ORGANIZADORA DO PROCESSO DE ELEIÇÃO AO ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA – BIÊNIO 2026/2027 comunica a todos os interessados o resultado da eleição dos 9 (nove) membros eleitos para compor o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, realizada conforme as disposições do artigo 31, inciso I, alínea “h”, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 12/12/2008, publicada no Diário Oficial do Estado nº 240, de 16/12/2008 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Ceará), com as alterações introduzidas pela Lei Complementar Estadual nº 100, de 02/08/2011, publicada no Diário Oficial do Estado nº 161, de 23/08/2011, e nos termos do artigo 5º, inciso VIII, do Regimento Interno do Colégio de Procuradores e Resolução nº 013/2023 – CPJ, datada de 25/10/2023.

## PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:

Haley de Carvalho Filho

Corregedora-Geral:

Maria Neves Feitosa Campos

Secretário-Geral:

Ricardo Rabelo de Moraes

Ouvidora-Geral:

Lorraine Jacob Molina



A votação foi aberta e nominal, realizada durante a 2ª Sessão Extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, no dia 1º de dezembro de 2025, tendo como resultado os 9 (nove) membros eleitos para compor o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, seguidos dos suplentes, conforme a ordem de votação:

1º LUGAR: PEDRO CASIMIRO CAMPOS DE OLIVEIRA – 46 (QUARENTA E SEIS) VOTOS;  
2º LUGAR: MARIA DO SOCORRO BRITO GUIMARÃES – 45 (QUARENTA E CINCO) VOTOS;  
3º LUGAR: ANTÔNIO IRAN COELHO SÍRIO – 45 (QUARENTA E CINCO) VOTOS;  
4º LUGAR: FRANCIMAURO GOMES RIBEIRO – 45 (QUARENTA E CINCO) VOTOS;  
5º LUGAR: FRANCISCO NILDO FAÇANHA DE ABREU – 44 (QUARENTA E QUATRO) VOTOS;  
6º LUGAR: ÁGUEDA MARIA NOGUEIRA DE BRITO – 41 (QUARENTA E UM) VOTOS;  
7º LUGAR: ÂNGELA MARIA GÓIS DO AMARAL ALBUQUERQUE LEITE – 40 (QUARENTA) VOTOS;  
8º LUGAR: JOSÉ RAIMUNDO PINHEIRO DE FREITAS – 40 (QUARENTA) VOTOS;  
9º LUGAR: EMMANUEL ROBERTO GIRÃO DE CASTRO PINTO – 38 (TRINTA E OITO) VOTOS.

**SUPLENTES:**

1º LUGAR: NÁDIA COSTA MAIA – 35 (TRINTA E CINCO) VOTOS;  
2º LUGAR: JOÍSA MARIA BEZERRA OLIVEIRA CARVALHO – 23 (VINTE E TRÊS) VOTOS;  
3º LUGAR: LUCIANO PERCICOTTI SANTANA – 09 (NOVE) VOTOS.

Dado e passado na Reunião da Comissão Eleitoral – CGMP/OECPJ, em Fortaleza, aos 1º de dezembro de 2025. Eu, Sildene Lima Barros, Gerente de Apoio do Conselho Superior do Ministério Público, lavrei o presente edital. Visto:

SHEILA CAVALCANTE PITOMBEIRA  
Procuradora de Justiça  
Presidente da Comissão Eleitoral

## ATOS DA SECRETARIA GERAL

Portaria Nº 6852/2025/SEGE  
Fortaleza, 28 de novembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, ou seu substituto legal na forma da Lei Complementar nº 72/2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Ceará), bem como a autoridade com poderes delegados, abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 31.00115568/2025-03

RESOLVE DESIGNAR O(A) PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA MARTA MARIA LIMA FERREIRA, titular da 7ª Promotoria de Justiça de Crato, para, sem prejuízo de suas atribuições,

representar o Ministério Público junto à 6ª Promotoria de Justiça de Crato, a partir de 30/11/2025 a 19/12/2025, em face das férias do(a) Promotor(a) de Justiça THIAGO MARQUES VIEIRA, com ônus para a Procuradoria-Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se  
Fortaleza, aos 28 de novembro de 2025.

RICARDO RABELO DE MORAES  
SECRETÁRIO(A) GERAL

Portaria Nº 6859/2025/SEGE  
Fortaleza, 28 de novembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, ou seu substituto legal na forma da Lei Complementar nº 72/2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Ceará), bem como a autoridade com poderes delegados, abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 31.00117844/2025-49;

RESOLVE DESIGNAR O(A) PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA PAULO FIGUEIREDO FONSECA LIMA, titular da 4ª Promotoria de Justiça de Crateús, para, sem prejuízo de suas atribuições, representar o Ministério Público junto à 7ª Promotoria de Justiça de Crateús, a partir de 01/12/2025 a 09/12/2025, em face das férias do (a) Promotor(a) de Justiça GUILHERME CARVALHO BESSA, com ônus para a Procuradoria-Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se  
Fortaleza, aos 28 de novembro de 2025.

RICARDO RABELO DE MORAES  
SECRETÁRIO(A) GERAL

Portaria Nº 6860/2025/SEGE  
Fortaleza, 28 de novembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, ou seu substituto legal na forma da Lei Complementar nº 72/2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Ceará), bem como a autoridade com poderes delegados, abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 31.00117844/2025-49;

RESOLVE DESIGNAR O(A) PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA PAULO FIGUEIREDO FONSECA LIMA, titular da 4ª Promotoria de Justiça de Crateús, para, sem prejuízo de suas atribuições, representar o Ministério Público junto à Promotoria de Justiça Vinculada de Poranga, a partir de 01/12/2025 a 09/12/2025, em face das férias do (a) Promotor(a) de Justiça GUILHERME CARVALHO BESSA, com ônus para a Procuradoria-Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se  
Fortaleza, aos 28 de novembro de 2025.

## PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:  
Haley de Carvalho Filho

Corregedora-Geral:  
Maria Neves Feitosa Campos  
Secretário-Geral:  
Ricardo Rabelo de Moraes

Ouvidora-Geral:  
Loraine Jacob Molina

